

Ano 12, Vol XXIV, Número 2, jul-dez, 2019, Pág. 600-625.

OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS JOVENS DE COMUNIDADE RIBEIRINHA AMAZÔNICA AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS

Thaline Castro de Lima
Marcelo Gustavo Aguilar Calegar

RESUMO: Tendo em vista que as plantas medicinais são um dos recursos naturais que pode ter impacto no cotidiano e na subjetividade das pessoas residentes em comunidades ribeirinhas amazônicas, esta pesquisa buscou compreender os significados desse conhecimento tradicional para as jovens moradoras de uma comunidade. Para isso, realizamos pesquisa qualitativa, através de grupo focal, com 12 jovens com idades entre 10 e 21 anos, que residiam em comunidade ribeirinha na zona rural do município de Caapiranga/AM. As entrevistas foram transcritas e analisadas segundo análise de conteúdo de Bardin, com a elaboração de seis categorias temáticas: (a) cuidado familiar e a transmissão do conhecimento; (b) motivo do uso: as necessidades e o cultivo; (c) circunstância do uso: cura da doença e manutenção da saúde; (d) preferência do uso: sabor e eficácia; (e) importância de conhecer e indicar o uso; (f) interesse em aprender: dependência de alguém e do interesse do jovem. Considera-se que esta pesquisa contribuiu para a reflexão e a compreensão do modo como as jovens se posicionam frente ao conhecimento tradicional sobre plantas medicinais e como esta relação social contribui com o seu desenvolvimento e a preservação deste conhecimento na comunidade ribeirinha, abrindo perspectivas para estudos mais aprofundados na área.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens, Ambientes Rurais, Amazônia, plantas medicinais, conhecimento tradicional.

THE MEANINGS ATTRIBUTED BY YOUTH OF AMAZON RIVERINE COMMUNITIES TO THE USE OF MEDICINAL PLANTS

ABSTRACT: Considering medicinal plants are a type of natural resource that can have an impact on the daily life and subjectivity of people living in Amazonian riverine communities, this research looked for understand the meanings of this traditional knowledge to youth living in a community. Therefore, we conducted a qualitative research, through a focus group, with 12 youth between 10 and 21 years old, who live in the riverine community in the rural area of the municipality of Caapiranga/AM. The interviews were transcribed and analyzed with the content analysis based on Bardin, with a discussion of six thematic categories: (a) family care and the transmission of knowledge; (b) reason for use: needs and cultivation; (c) condition of use: cure of disease and maintenance of health; (d) preference of use: taste and efficiency; (e) importance of knowing and indicating the use; (f) interest in learning: dependence on someone and interest of the young person. We considered that this research contributes to a reflection and understanding of the way in which youth stand about the knowledge of medicinal plants, and how this social relation contributes to development and the preservation of the traditional knowledge in the riverine community, opening the vision for further studies in the field.

KEYWORDS: Youth, Rural Environments, Amazon Region, medicinal plants, traditional knowledge

1 INTRODUÇÃO

O conceito de adolescência evoluiu bastante desde o crescente debate no século XX na história da Psicologia. O propósito inicialmente era explicar os impactos da adolescência no desenvolvimento do indivíduo, onde foram feitas descrições de processos de desenvolvimento e fases na adolescência. Foi através das definições de Erick Erickson e destaque a Margaret Mead que aspectos socioculturais da adolescência começaram a ser priorizados, ao abordar o ponto de vista que não se trata de fases universais de turbulência e conflitos. Erikson trouxe, por exemplo, as interações entre as dimensões intelectual, sociocultural, histórica e biológica, além de leituras da antropologia cultural. Mead contribuiu destacando que o estilo de vida dos pais e da cultura era o norteador para explicar a adolescência (SENNA; DESSEN, 2012).

Ainda assim, emergiu um desafio a Erickson e Mead em explicar o conceito de adolescência através de fases do desenvolvimento, ora adotando explicações dicotômicas de aspectos maturacionais e genéticos, ora exclusivamente contextuais (SENNA; DESSEN, 2012). Posto isso, Diniz (2010) discute que o desafio está na visão de universalização e naturalização dos estágios vivenciados pelos adolescentes, muito embora a adolescência possua conceituação ampla e complexa, sendo possível encontrar similaridades. No que se refere à categorização dos estágios, originam-se através das relações sociais em constituição e pelas representações de significados do homem, segundo a referida autora.

Como discussão do avanço do conceito de adolescência, chegou-se à conclusão de que além da demarcação cronológica carregada no termo adolescência, o desenvolvimento do adolescente não é restrito apenas à esfera fisiológica, mas às mudanças de papéis, ideias e atitudes, ou seja, múltiplos processos de construção histórica, cultural e social (DINIZ, 2010). Isso significa que a partir do pensamento histórico e social, constroem-se categorias e denominações, como as de criança, adolescente, jovem, adulto, idoso e etc. Assim, adotar o termo “juventude” ou “adolescência” reporta posicionamentos teóricos, valores e símbolos culturais diversos. No entanto, é possível transitar por ambos “jovem” e “adolescente”, como sinônimos e com referência a idade cronológica entre doze a dezoito anos, bem como quando se propõe aspectos de análise contextuais invés de maturacionais.

A discussão sobre a categoria “juventude” é presente e tem ganhado centralidade no Brasil. Porém, centraliza-se no espaço urbano com a justificativa de que há poucos jovens no contexto rural. A discussão que se quer dar destaque nesse contexto é que se está além do debate sobre um recorte de população específica, mas sim sobre a juventude rural como categoria a partir do processo de interação social e de suas representações de identidades (DINIZ, 2010).

Castro (2009) destaca a problemática da invisibilidade da categoria jovem como formadora de sua identidade social e a preconceção de que é uma categoria desinteressada pelo meio rural, devido ao impasse na migração do campo para a cidade. A relação campo-cidade também é mencionada por Diniz (2010) como um dos fatores fundamentais na conceituação dos espaços rurais dos jovens. Ambas autoras propõem abordagens semelhantes no que se refere à juventude como um período de transição de infância à vida adulta. Também indicam que é preciso reconhecer tal categoria com seu contexto e enquanto ator social, de modo a enriquecer o debate sobre autor representação, discursos e práticas que tratam de seus processos de construção de identidades sociais. Assim, a juventude seria tanto uma categoria analítica individual como categoria social.

Não considerar as matrizes da construção social da juventude contribui com a invisibilidade dos mesmos, ou ainda uma imagem de pessoas sem formação, incompletos, sem experiências, entre outras características. Recorrer também a discussões dos movimentos sociais e culturais se tornam necessárias, pois tratam-se de relações entre pessoas, classes sociais, relações familiares e relações de poder. Isso implica em dificuldades dos jovens em se relacionar para garantir direitos, como conseguir emprego, deslegitimação da sua participação no grupo e nas tomadas de decisão (CASTRO, 2009).

A diversidade do contexto rural implica em condições de vida, trabalho e saúde aos jovens como acesso precário a serviços públicos e padrões de sociabilidade diversificados de acordo com a cultura. Muitos jovens vivenciam a agricultura familiar e camponesa, onde deparam-se com trabalho rural suscetível ao adoecimento por condições inadequadas de trabalho e difíceis condições econômicas e sociais para produção familiar (CASTRO, 2009; FERRAZ et al., 2014). Em suma, o espaço rural dispõe de contexto social e econômico distintos. A partir disso, é importante assumir

que esse espaço repercute na construção da subjetividade dos jovens e que isso gera questionamentos de como esses adolescentes vivenciam essas realidades.

Nesse sentido, Ruzany, Moura e Meirelles (2012) apontaram, por exemplo, características dos contextos rurais na Amazônia de condições específicas do estado do Amazonas, as quais lançarão possibilidades diferenciadas ao desenvolvimento dos jovens. Assim, há distinções marcantes no contexto rural das populações amazônicas, inclusive quanto à nomeação dos integrantes das populações que habitam esses contextos, que estão presentes na literatura para se referir às comunidades ribeirinhas e grupos que habitam à margem dos rios. Além da peculiaridade da rotulação, o contexto da região amazônica é marcado por condições de acesso precário à escolarização, à serviços de atendimento à saúde e à questão da inserção no ambiente de trabalho precocemente, que podem limitar o desenvolvimento das potencialidades dos adolescentes (FERRAZ et al., 2014; RUZANY, MOURA, MEIRELLES, 2012). Encontra-se pouca literatura sobre adolescentes no contexto de comunidades ribeirinhas, que em parte pode ser explicado por fatores como o acesso a serviços dar-se de forma precária devido à grande extensão territorial do estado. Por outro lado, a ausência de produções ocorre em função de privilégio dado às capitais e cidades com maior número de habitantes. Embora a extensão territorial empregue dificuldades ao acesso dessas comunidades, existem meios pelos quais podem ser percorridos, geralmente via fluvial, o que torna o deslocamento oneroso.

Para Ruzany, Moura e Meirelles (2012), o jovem, nascido e criado com os costumes das populações tradicionais amazônicas, está imerso em contexto social e familiar caracterizado por práticas de coesão social mais intensas em comunidades distantes das cidades. Outras características identificadas foram os hábitos e costumes de gerações anteriores às suas, ou seja, de seus avós e pais. A ideia do adolescente ribeirinho é oriunda da consideração das peculiaridades do espaço que vive e ao grupo que pertence, e de que forma tem sido o papel desses sujeitos na cultura ao qual pertencem, questionamentos que abordam a temática dos conhecimentos das populações tradicionais.

A discussão do que melhor define conhecimentos tradicionais e sua inclusão em discussões científicas ainda é incipiente. Rodrigues (2015) e Saccaro Jr. (2011) apontam que a discussão se deu principalmente a partir da realização da Rio-1992,

momento em que foi assinado a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e onde é possível encontrar um dos marcos históricos de atenção aos conhecimentos tradicionais. Em linhas gerais, podemos entender que estes são os conhecimentos e práticas obtidas pelas experiências e adaptadas para cultura local e ao meio ambiente, os quais são transmitidas oralmente de geração em geração (DIEGUES, ARRUDA, 2001).

A utilização da biodiversidade por ribeirinhos expressa modos singulares de sociabilidade, produção e transmissão dos conhecimentos tradicionais, que refletem um uso baseado em desenvolvimento sustentável da região que não representam riscos para os ciclos de vida da floresta. Isso permite concluir, inclusive, que tais conhecimentos tradicionais consistem em um importante patrimônio cultural (ABREU, NUNES, 2012). Devido a essa importância, é preciso desenvolver estratégias para sua proteção e valorização (TREVIZAN, LEÃO, 2014), tanto por parte dos que detêm esse conhecimento, quanto os que pretendem fazer uso para outros fins que não o de sobrevivência dos ribeirinhos.

Destarte, as plantas medicinais sempre fizeram parte da cultura popular e está no cerne do conhecimento tradicional de comunidade ribeirinhas. Somente nas últimas décadas o interesse voltado a elas está aumentando entre usuários, pesquisadores e os serviços de saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) se posiciona com respeito e reconhecimento da necessidade de valorização da utilização de plantas medicinais na atenção básica à saúde e saneamento básico (BAPTISTA, 2012; SECRETARIA DE ATENÇÃO A SAÚDE, 2012).

Rosa, Câmara e Béria (2011) destacam que a 8º Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, serviu para evidenciar algumas iniciativas de utilização do conhecimento popular e científico sobre plantas medicinais. Os autores demonstraram resultados promissores na implementação de programas de fitoterapias nos serviços públicos de saúde. Apresentaram sua relevância na redução de custos, o treinamento dos profissionais envolvidos e a padronização e verificação das plantas medicinais de acordo com sua eficácia nos critérios científicos contemporâneos. Além disso, a implementação da utilização da fitoterapia a partir do profissional médico cumpre papel decisivo, uma vez que suas “ações e os conceitos praticados por esse profissional são regularmente interpretados pelo povo como legítimos e adquirem caráter de ‘verdade’” (idem, p. 2).

Portanto, quando os valores culturais junto ao posicionamento científico contribuem para o entendimento da integração dos saberes em benefício da atenção básica a saúde, é possível ter resultados satisfatórios. Nesse sentido, Rosa, Câmara e Béria (2011) ressaltam sobre não ser suficiente apenas a promulgação legal da implementação de fitoterápicos, pois são indispensáveis espaços de discussão no campo acadêmico e nos serviços públicos a respeito das dificuldades da medicina hegemônica em considerar as formas tradicionais de cuidar da saúde. Além disso, há discussões que apontam para o uso de conhecimentos sobre plantas medicinais na escola (KOVALSKI, OBARA, 2013) e na promoção do ensino em saúde (VINHOLI Jr., VARGA, 2015).

Segundo Kovalski e Obara (2013) a intensificação de processos de globalização implicam em riscos de desaparecimento e descaracterização dos conhecimentos tradicionais. No entanto, quando o interesse sobre o assunto parte da busca pelos saberes que a própria juventude tem, potencializa-se as possibilidades de aprendizagem e interesse destes sobre os conhecimentos populares e científicos. Isso abre portas para valorizar os conhecimentos tradicionais e viabilizando uma prática participativa e problematizadora na promoção do ensino em saúde (VINHOLI Jr., VARGA, 2015).

Dentre outras questões que se pode citar que envolvem povos tradicionais, em particular os ribeirinhos, neste artigo propomos expor resultados de uma pesquisa de iniciação científica, cujo objetivo foi compreender os significados atribuídos pelos adolescentes de comunidade ribeirinha ao uso de plantas medicinais. Para alcançar esse objetivo, buscamos investigar como acontece a transmissão desses conhecimentos tradicionais, os motivos do uso das plantas medicinais e a importância ou não destes na vida dos jovens ribeirinhos. Para Baptista (2012) tais conhecimentos são majoritariamente mantidos através das inter-relações e da oralidade. Dessa feita, a problemática da transmissão desse tipo de conhecimento está relacionada às comunidades tradicionais amazônicas.

Para tanto, partimos do pressuposto que a juventude é um fenômeno crucial para o desenvolvimento humano, mas a partir da adoção do ponto de vista dos próprios sujeitos sobre o tema. Assim, nosso ponto de vista da psicossocial busca integrar fatores sociais, individuais, históricos e principalmente culturais, advindo de uma perspectiva relacional e contextual que considera os significados construídos de um sujeito a

determinados elementos da cultura e fenômenos (CALEGARE, 2012). Portanto, reconhecemos a juventude não somente como um período crucial ao desenvolvimento humano, mas pelo seu papel para a cultura, cabendo problematizar a importância que os jovens têm dado à transmissão de conhecimentos tradicionais.

Feita esta introdução a respeito da adolescência/juventude em linhas gerais, abordando mais especificamente esse fenômeno no contexto rural e ribeirinho amazônico, com a devida ênfase às discussões sobre conhecimentos tradicionais e sua importância aos povos amazônicos, neste artigo seguiremos o seguinte percurso: um breve debate teórico do que/quem são os povos e comunidades tradicionais, especialmente os ribeirinhos amazônicos; apresentamos a metodologia do estudo, com detalhamentos da pesquisa em campo em comunidade ribeirinha amazônica; a apresentação dos resultados e discussão teórica; por fim, as considerações finais.

2 POVOS TRADICIONAIS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS

Seguindo as discussões de Diegues e Arruda (2001), entende-se por populações tradicionais todos os grupos humanos que historicamente desenvolveram cultura diferenciada e reproduzem modos de vida baseados na cooperação social e manejo sustentável do meio ambiente. É possível considerar populações tradicionais em dois tipos distintos, quanto à sua história sociocultural e quanto à linguagem. Por exemplo, populações tradicionais indígenas, e o outro tipo, populações tradicionais não-indígenas, as quais podemos incluir caiçaras, ribeirinhos amazônicos, sertanejos, entre outros. Embora possamos fazer tal consideração, estas populações consideradas não-indígenas receberam forte influência indígenas, por conta de questões regionais de localização e manejos para sua sobrevivência no ambiente. Os autores pontuam que as populações tradicionais são detentoras de práticas e saberes, muitas vezes milenares, que servem para manutenção e aumento da biodiversidade. Atribuindo então ao que se conhece por biodiversidade, além do conceito biológico, também de diversidade de práticas relacionadas ao seu manejo. É dessa forma que a biodiversidade aparece como questão crucial da incoerência para criação de áreas protegidas de conservação sem a presença de populações tão importantes para o seu manejo.

Nesse mesmo sentido, Calegare, Higuchi e Bruno (2014) lembram que a importância dessas populações adveio somente após reconhecimento de seu valor conservacionista e caracterizadas como “guardiãs da floresta”, e que anteriormente tinham completa invisibilidade. Ou ainda, eram consideradas a partir de uma extensão territorial, pessoas que residem em Áreas Protegidas (APs). No governo brasileiro, por exemplo, em 2007 o Decreto nº 6040/07 reconheceu a existência de distintos povos e comunidades tradicionais (PCT) na sociedade e a necessidade de reconhecimento, respeito e garantia de seus direitos. Segundo os autores, a incorporação do conceito de PCT na sociedade brasileira deu-se além do quesito de pessoas que residem em APs, como eram enfatizadas nas discussões internacionais. Outros fatores foram o desenvolvimento nacional no âmbito das APs e as mobilizações políticas proveniente de grupos sociais de identidades étnicas e coletivas, com suas tentativas de inserir suas lutas políticas por direitos a terras e acesso aos recursos naturais, resultando na política de reconhecimento dos PCT.

Em 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas intitulou o ano de 2010 como o Ano Internacional da Biodiversidade, propondo discutir soluções inovadoras para sua manutenção, o que abriu olhos para questões legais desses povos. Até o momento de tal discussão, que foi mundial, os meios avaliados como efetivos para conservação da biodiversidade eram as políticas de comando e a exploração que favorecia o uso não-consumptivos de recursos naturais e que respeitasse a regeneração dos ecossistemas. Assim, pouco desconsiderava que os povos tradicionais eram detentores do saber.

Uma das principais procuras pela extração de valor econômico advindo do acesso à biodiversidade é o uso de seus recursos genéticos. Esse valor podem ser organismos, genes, enzimas, compostos, processos e partes provenientes de seres vivos em geral. Para Saccaro Jr. (2011), o desenvolvimento de fármacos, por exemplo, mostra-se muito importante por ter relação com a promoção de saúde, bem-estar e ter alto valor econômico envolvido. O autor discute que o principal problema na discussão sobre regulamentação de acesso à biodiversidade é a dificuldade de regulamentar a repartição de benefícios e o acesso aos recursos genéticos e seus conhecimentos tradicionais associados. Países detentores de ampla biodiversidade lidam com a questão, por exemplo, da propriedade intelectual das comunidades tradicionais detentoras desse

conhecimento, que são mantidas de acordo com o contexto que vivem e se acumulam ao longo das gerações.

Segundo Lira e Chaves (2016), não é dado nas mesmas proporções para as populações amazônicas o que a Amazônia tem proporcionado ao mundo. Isso ocorre porque o olhar está na perspectiva do seu ambiente físico ou natural, sem considerar a sua integração com que o habitat. Seria necessário, então, oferecer condições existências para as populações, ao assumir uma totalidade complexa que envolve as dimensões naturais, políticas, ideológicas e socioculturais, com ênfase no estabelecimento das relações sociais dos homens entre si e com a natureza.

Populações não urbanas que vivem às margens dos rios na Amazônia brasileira, também denominadas de comunidades ribeirinhas, ou ribeirinhos, podem viver em dois tipos de ecossistemas: as áreas inundáveis formadas pelas terras de várzeas, os igapós e os furos; e as florestas de terra firme, que podem ser altas, densas, baixas e etc. É mais comum se referir aos ribeirinhos ou populações de comunidades ribeirinhas quando vivem à beira dos rios, igarapés, igapós e lagos da Amazônia. A partir das características de funcionamento próprio do ciclo da natureza, principalmente do rio, fenômenos como enchente e vazante regulam predominantemente o cotidiano influenciando o trabalho e relações dentro da comunidade (SILVA et al., 2010; MENDONÇA, 2014).

Outro fator marcando dessas comunidades ribeirinhas são: isolamento a depender das condições do ciclo da natureza, exclusão social, pouca organização social e influência política, e distanciamento dos centros decisórios políticos, o que implica em políticas públicas desvinculadas com as realidades locais (SILVA et al., 2010). Além disso, há a particularidade do tempo ser definido pelo ciclo da natureza, traduzido segundo a ótica da cultura, mitos e tradições. As crenças e reproduções de modos de vida dessa população são mantidas pela história oral e influenciam diversas atividades como: caça, pesca e cuidados com a saúde (SILVA et al., 2010; VÁSQUEZ, MENDONÇA, NODA, 2014).

Segundo Afonso et al. (2015) e Lira e Chaves (2016), a cultura de comunidades ribeirinhas se faz presente e influencia os modos e ações das famílias e os modos de vida. Isso se manifesta na maneira como as famílias sobrevivem da agricultura, do extrativismo vegetal ou animal e vivem em função dos ciclos da floresta

e dos rios, logo, ligados à dinâmica da natureza. Assim, esses autores afirmam que as comunidades tradicionais na Amazônia apresentam um modelo sociocultural de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados para sua subsistência e dependem de mão de obra familiar, além de se valerem de tecnologias de baixo impacto cuja construção depende dos conhecimentos tradicionais, científicos ou ambos.

MÉTODO

A pesquisa foi de cunho qualitativa, realizada na comunidade “João” (nome fictício), localizada no Município de Caapiranga, no estado do Amazonas. É um dos locais de pesquisas realizadas com base em informações obtidas e registradas no banco de dados do Grupo de Pesquisa Interação, o qual desenvolve trabalhos de pesquisa, extensão e intervenção nesse município desde 2013 (TEIXEIRA, 2017). Considerando Lira e Chaves (2016), esta comunidade é marcada pelo típico contexto ribeirinho amazônico, com saberes e práticas tradicionais de seus agentes sociais, linguagem, organização do trabalho e política.

Após assinatura de anuência da comunidade e aprovação pelo Comitê de Ética (CAAE: 67603317.1.0000.5020), o acesso aos participantes teve o seguinte procedimento: foi combinado com a equipe de pesquisa do projeto guarda-chuva CNPq/MCTI Nº 25/2015 a saída de Manaus na sexta-feira do dia 06 de outubro de 2017 e o retorno no dia 08. Foi também realizada uma segunda viagem com ida dia 16 e retorno dia 18 de janeiro de 2018. Na primeira viagem, pedimos para duas mulheres residentes que indicassem jovens entre doze e dezoito anos que pudessem participar da pesquisa às 15 horas na escola da comunidade. Os responsáveis foram contatos para assentir a participação dos mesmos com assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e as adolescentes participantes da pesquisa assinaram posteriormente ao TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido). A fim de resguardar a identidade dos participantes, tal como assegurado nos termos assinados, os nomes atribuídos aos entrevistados são siglas.

A coleta de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas em grupo, seguindo modelo de grupo focal. Realizamos dois grupos focais, um em cada viagem. Foi utilizado um tópico guia, com questões norteadoras para a entrevista, que se

referiram aos significados atribuídos às plantas medicinais, como o ponto de vista dos adolescentes sobre as plantas medicinais; os motivos do uso ou não de plantas medicinais por adolescentes da comunidade; e compreender a importância ou não do conhecimento tradicional na vida dos adolescentes. O tempo de duração das entrevistas em grupo realizadas foram em média 32 minutos, sendo que todas foram gravadas e transcritas integralmente posteriormente, a fim de permitir a análise mais fidedigna das informações obtidas.

O número de participantes foi definido pelo critério de saturação teórica, em que com base na análise dos dados, após a realização de uma entrevista, foi verificado a viabilidade de fazer mais uma para que novos elementos pudessem ser apresentados nos relatos. Até que a repetição dos dados ocorresse, após a inclusão de novos participantes e o acréscimo de informações no material coletado, as entrevistas foram suspensas (FONTANELLA, RICAS, TURATO, 2008).

No primeiro grupo focal, foram 10 participantes no total, todas do sexo feminino, sendo 8 com idade entre 10 e 15 anos, e 2 com idades entre 19 e 21 anos. Já na segunda viagem, as mesmas jovens que haviam participado do grupo focal anterior foram convidadas novamente, mediante consentimento dos pais. Além dessas jovens, foram convidadas outras participantes. No segundo grupo focal, participaram 8 jovens: 6 haviam participado da entrevista anterior e as outras 2, presenciaram a primeira vez. Após a realização do grupo focal, os conteúdos trazidos foram transcritos e iniciou-se a análise dos dados.

Todo o processo de análise das entrevistas foi feito utilizando-se análise de conteúdo, definida, por Bardin (2011), o qual requereu três operações que se propõem sistematizar e explicar os conteúdos emitidos pelos participantes da pesquisa e os seus significados através de deduções lógicas bem justificadas e contextualizadas. Na primeira operação, ou fase, denominada *Pré-análise*, foi realizada uma leitura flutuante das nossas anotações em diário de campo e das transcrições das duas entrevistas. Após isso, o material da pesquisa foi organizado de forma coerente com o tema através da distribuição da fala integral dos participantes e as perguntas do tópico guia em uma

planilha do Excel. Posteriormente, procedeu-se à segunda fase, denominada *Exploração do material*, com base na planilha construída na fase anterior. Nesse momento, foram elaboradas unidades ou categorias com base no conteúdo do texto tratado na *Pré-análise*. Por fim, na terceira fase, chamada *Tratamento dos dados e interpretação*, referente aos resultados da pesquisa, foram expostas as categorias referenciadas com inferências de cunho qualitativo e com base no referencial teórico, articulando as informações até então produzidas e estabelecendo interseções e relações entre conceitos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as perspectivas da Psicologia Social, destacamos para este estudo a busca pelos signos e sentidos relativos à dinâmica comunitária que os sujeitos e/ ou grupos constroem, bem como compreender de que modo tais significações implicam na constituição da subjetividade e das relações cotidianas comunitárias, conforme destacado por Ximenes e Barros (2009). Tal compreensão pode contribuir com a produção de conhecimentos para que possa ser estabelecido objetivos e estratégias de ações junto às pessoas membros da comunidade.

A perspectiva histórico-cultural proposta por Vigotski desloca o foco da análise psicológica do campo biológico para o campo da cultura. A partir disso, destaca-se situações de interação social, a apropriação de significados e a composição de sentidos e subjetividades. Nessa perspectiva, o aspecto social do psiquismo humano é constituído pela construção de inúmeros significados os quais são compartilhados. Na interação social os sentidos e significados mediam a relação, sendo os sentidos produzidos pelos sujeitos e o significado a dimensão que é compartilhada entre os mesmos, a qual é marcada pela história das condições sociais (ZANELLA, 2004).

Percebeu-se, pela fala das 12 participantes, que os conhecimentos sobre plantas medicinais são de grande importância para o cuidado da saúde, sendo que para nenhum dos participantes este conhecimento possuía um significado único. Observou-se que a prática deste conhecimento tradicional passa por representações subjetivas dentro do ambiente familiar, onde as mulheres, geralmente mães e avós, são as pessoas mais presentes para transmissão sobre os saberes das plantas medicinais. Os dados que

contrastam com esse resultado geral, e que devem ser destacados, são os de duas jovens que possuem filhos, como são os casos de YA e PA. Nessas situações, os saberes tradicionais ganharam maior relevância e novos significados, sendo que a relação com as plantas medicinais se alterou de benefício do cuidado com a própria saúde para o cuidado com o outro, na função de mãe e cuidadora.

Realizada a análise de conteúdo, verificou-se que os relatos dos significados atribuídos aos conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais pelas jovens são coincidentes, se inter-relacionam e podem ser agrupados em seis categorias. Tais categorias retratam os temas mais frequentes nas falas das participantes do estudo, são elas: (a) cuidado familiar e a transmissão do conhecimento; (b) motivo do uso: as necessidades e o cultivo; (c) circunstância do uso: cura da doença e manutenção da saúde; (d) preferência do uso: sabor e eficácia; (e) importância de conhecer e indicar o uso; (f) interesse em aprender: dependência de alguém e do interesse do jovem.

Buscou-se na descrição dos resultados, apontar algumas comparações entre as análises apresentadas e os resultados encontrados na literatura, de modo a direcionar divergências e convergências sobre o tema. Somado a isso, a descrição das categorias é acompanhada por trechos dos relatos mais representativos das jovens entrevistadas e que possibilitaram a inferência desta classificação.

4.1 Cuidado familiar e a transmissão do conhecimento

Ao questionar sobre o ponto de vista das jovens sobre o conhecimento de plantas medicinais, emergiram das narrativas a categoria cuidado familiar e a transmissão do conhecimento. A qual indica relações entre o cuidador e a pessoa cuidada, onde, na relação de parentesco, ora a mãe é cuidadora, ora a jovem exerce o papel tanto de pessoa cuidada, quanto o de cuidador. Por outro lado, nesta relação, há a transmissão do conhecimento do uso de plantas medicinais ao tratamento da saúde. De forma representativa, seguem respectivamente os trechos dos relatos:

às vezes a mãe da gente fala e pede o remédio né... a gente tá lá deitado esperando e a gente não sabe o remédio que ela fez... a gente toma porque confia né, na mãe da gente. (YA)

quando a gente tá com dor de barriga vai e toma XXX descasca, tira a casca, deixa ela secar, bota a água pra ferver junto e é só tomar XXX, a mãe vai e faz a coisa de XXX, casca de XXX. (AK)

É possível observar a partir dos referidos relatos que a relação de parentesco, há características de aprendizado do conhecimento sobre plantas medicinais, que decorre desde a identificação do recurso natural utilizado à instrução, principalmente de mulheres ribeirinhas para o manuseio do mesmo, tornando-se importante para o aprendizado e difusão dos conhecimentos (RODRIGUES, 2015; BAPTISTA, 2012). A saber, conseguir identificar a doença, saber a receita e o consumo adequado do remédio caseiro. Além disso, se dá destaque à confiança dada pela pessoa cuidada ao cuidador para adesão ao tratamento através do remédio caseiro, o qual torna-se fundamental para outra categoria, a circunstâncias do uso: cura da doença e manutenção da saúde.

Os relatos evidenciam relações de cuidado familiar importantes para o tratamento da saúde. Além disso, nessa relação existem componentes que denotam transmissão desse conhecimento tradicional. O contato com o uso desse recurso natural através de um parente adulto, a maioria mulheres, corrobora com os autores Mendonça (2014), Baptista (2012) e Diegues e Arruda (2001), sobre a transmissão desse conhecimento advir de família em família que detêm esse conhecimento adquirido de geração a geração. Alguns exemplos dos conteúdos que emergiram sobre transmissão de conhecimento verbalizado por uma das jovens:

teve uma vez que a mamãe trouxe um, acho que foi da XXX, que tem a árvore né, aí ela tirou a casca e fez o chá né, porque as vezes eu sentia umas dores no meu peito. (AK)

eu fiz e misturei com álcool a folha de XXX pra botar no meu dente pra adormecer a dor porque a minha madrinha me ensinou. (AK)

quando eu tinha treze anos, aí a mamãe mandou eu pegar a folha de XXX pra ela fazer chá pra mim porque eu tava com dor de cólica. (AK)

As representações elaboradas pelas jovens em conversas informais permitem também inferir que saber sobre plantas medicinais é positivo para o tratamento da saúde e está ligado à disposição e fácil acesso desse recurso natural no ambiente em que as jovens vivem. Tais recursos se encontram de forma acessível na natureza e no cotidiano, sejam em momentos de lazer, onde desempenham atividades como brincadeiras, como atividades laborais (SILVA et al., 2010; FERRAZ et al., 2014).

4.2 Motivo do uso: as necessidades e o cultivo

A partir do relato das jovens, foi possível identificar os motivos do uso de plantas medicinais. Elas destacaram os aspectos da necessidade do recurso natural em suas vidas, mencionando o uso como alimento e para tratamento da saúde. Somado à necessidade de consumo, advém também a necessidade de cuidado com o solo para que se tenha acesso ao recurso. Ou seja, o cultivo das plantas medicinais também destacado nas falas. Seguem os trechos:

só pra colher mesmo... se não tiver a gente vai e pede dos outros... tu não come e usa o que tu tira de lá? Então, por isso que tu cuida. (AK)

eu cuido no canteiro tiro o capim dele, agouo, faço por conta própria. (C)

A respeito da necessidade, a qual revela quando as jovens precisam de cuidado com a saúde e caso elas não possuam a planta, elas buscam por uma pessoa que tenha. Foi dada relevância também à procura devido o consumo para alimento e uso para fins medicinais. Sobre o cultivo, demonstra-se o cuidado direcionado para esse recurso natural, o zelo referente ao local que se encontra – o canteiro ou na floresta – para o tratamento do solo e sentimento de responsabilidade. Como referido também no estudo de Rodrigues (2015), sobre o sistema de cultivo das plantas medicinais, o qual dar-se em uma perspectiva de preservação e conservação das espécies existentes na comunidade.

Importante destacar que as participantes que manifestaram sua opinião nesse momento foram também as participantes que se mantiveram mais participativas durante a entrevista. Interpreta-se que as jovens se sentiram mais aptas para verbalizarem quanto ao conhecimento que têm sobre o assunto, bem como a influência de sua faixa etária (13 e 14 anos) por estarem mais desenvoltas e com mais experiências. Isso demonstra certa propriedade e conhecimento sobre o assunto.

4.3 Circunstâncias do uso: cura da doença e manutenção da saúde

Ao indagar sobre as circunstâncias em que são utilizadas as plantas medicinais, seus motivos e contextos, foram encontrados dois temas, a cura da doença e a manutenção da saúde. Estas demonstram o uso prioritário ao cuidado com a saúde, demonstrando também o conhecimento sobre as doenças as quais devem ser tratadas. Os trechos abaixo exemplificam essas categorias:

*e eu a casca da XXX com a casca de XXX pra infecção e infecção urinária.
(YA)*

*que eu utilizo mais é o pra anemia, que é o que dizem o XXX com XXX que
serve muito, tem perto de casa e eu sempre faço pra tomar no dia a dia. (PA)*

As categorias mencionadas estão estritamente relacionadas, pois os conteúdos trazidos nas falas das jovens demonstram que a primeira é referente a um tratamento quando a pessoa se encontra enferma. Já a segunda abrange o uso de plantas medicinais como método preventivo. É frequente nas verbalizações das jovens o relato do emprego do uso de plantas medicinais diretamente ao cuidado com a saúde. Por outro lado, é interessante observar que o emprego desse tipo de tratamento está vinculado a relação de parentesco e às relações psicossociais estabelecidas na comunidade.

Segundo o entendimento de Almeida e Malagris (2011), muitos comportamentos que auxiliam na promoção e manutenção da saúde, bem como o enfrentamento da doença e sua prevenção, são adquiridos durante a infância e adolescência, como hábitos alimentares e práticas de atividades físicas. Nesse estudo, cabe corroborar com os autores Sousa e Tesse (2017), que as práticas e conhecimentos tradicionais também estão vinculados com os aspectos psicossociais que auxiliam no cuidado da atenção primária à saúde.

Tais comportamentos aprendidos oriundos desse conhecimento dependem dos vínculos familiares, os trechos aqui destacados foram separados da fala de duas jovens que tinham 19 e 21 anos e ambas eram mães. Foram relatos escolhidos para além da idade estipulada no início do delineamento da pesquisa, pois considerou-se que estas jovens tiveram um impacto maior na vida cotidiana, ao serem responsáveis por seus filhos, como fatores determinantes para gerar um conhecimento mais vasto e detalhado sobre plantas medicinais.

4.4 Preferência do uso: sabor e eficácia

Sobre a preferência pelo uso, questionou-se sobre o uso do remédio caseiro e o remédio oriundo da farmácia. Sobre a importância que atribuem ao uso de medicamentos caseiros, foi possível indicar duas explicações: sabor e eficácia. Os trechos denotam mais um dos motivos do uso ou não do remédio caseiro. Destaque foi

dado ao sabor desagradável em ingerir o remédio oriundo de plantas, o que denota uma preferência pelo remédio da farmácia. Os trechos abaixo exemplificam-nas:

eu não gosto de tomar chá não, porque o chá tem vezes que é amargo, azedo... eu uso o remédio de farmácia... eu uso mais de farmácia. (ED)

o chá... dipirona é ruim. (VE)

Para além do sabor, que indica preferência pelo uso de remédios de farmácia ou caseiros, é importante observar também o que essas jovens relataram a respeito do que se refere à eficácia. Por meio desta, há uma preferência pelo medicamento oriundo da farmácia primeiramente, e depois da planta medicinal. Seguem os trechos:

eu de farmácia e planta ... eu uso é os dois, quando o de farmácia não resolve o caseiro resolve ... o de farmácia? Foi o torsi-lax pra dor de cabeça, aí eu usei álcool e saís, frutas assim que a gente mistura e junto com álcool e XXX e só. Foi o que resolveu minha dor de cabeça. (ES)

porque passa mais rápido... porque quando é em pílula vai ter que esperar dissolver dentro da gente e aí demora mais de meia hora. (AK)

porque as vezes o da farmácia não funciona e aí a gente vai para as plantas... é bom, resolve a dor. (AK)

Os referidos trechos expressam que a eficácia é um critério que indica uma preferência primeira pela busca de medicamentos da farmácia e, em segunda opção, a busca pelo remédio caseiro. Embora essa conclusão seja possível a partir de uma análise das falas, quando questionadas e solicitado que levantassem a mão quem preferiria o remédio da farmácia, como foi observado na hora de aplicação da entrevista, apenas uma manifestou-se preferi-lo. Mesmo que haja uma preferência, é possível que as jovens optem pelo uso concomitante dos dois tipos de tratamento, demonstrando então a possibilidade da complementariedade da medicina tradicional e a medicina oficial biomédica como sugerido por Bruning, Mosegui e Vianna (2012).

4.5 Importância de conhecer e indicar o uso

Ao investigarmos a respeito da importância do conhecimento tradicional de plantas medicinais nas vidas das jovens ribeirinhas, verificamos que a mesma está ligada a deter um conhecimento, saber pegar a planta, indicar seu uso e compartilhá-lo

quando necessário. É presente também aqui a questão de que primeiro recorre-se ao uso do medicamento da farmácia e depois o caseiro. Ou seja, a importância de saber sobre plantas medicinais está relacionada em compartilhar se conhece a planta e, então, ser possível indicá-la e pegá-la. Logo, é possível compartilhar esse conhecimento com outra pessoa. Segue um relato:

só pra pegar a planta, se conhece pra ir lá pegar... às vezes quando a pessoa está com dor de cabeça assim, aí a gente fala toma dipirona, toma paracetamol e aí se não resolver vai tomar caseiro. (AK)

Assim, percebe-se que a importância do saber a respeito de plantas medicinais também está vinculada a conhecer a planta, ir buscá-la e, caso necessário, preparar o remédio caseiro. Portanto, um conhecimento que se presta à cura das doenças ou à manutenção da saúde, como dito anteriormente e que corrobora com os estudos de Mendonça (2014), Vasquez, Mendonça e Noda (2014) e Teixeira (2017).

4.6 Interesse em aprender: dependência de alguém e interesse do jovem

Quando as jovens foram questionadas sobre se têm interesse em aprender a usar as plantas medicinais e se veem interesse dos mais velhos em perpassar esse conhecimento, foram representadas, a partir de suas falas, a dependência de alguém e depende do interesse do jovem. Seguem os trechos:

porque não é toda vez que a mãe tá do lado. (ES)

às vezes que precisa fazer algum remédio e aí mandam a gente ir buscar e aí a gente vai no canto e pega... acontece também às vezes a gente pegar a planta e elas mandam a gente fazer e a gente faz... aí a gente já consegue fazer. (AK)

A dependência de alguém está representada pela fala da jovem que verbalizou sobre seu interesse em aprender esse conhecimento, devido à possibilidade da ausência da mãe no futuro. Percebe-se que o interesse das jovens está direcionado à dependência de alguém transmiti-lo a ela, seja para gerar seu conhecimento próprio, ou para seguir a orientação de uma pessoa adulta, o que por consequência implica no seu próprio aprendizado teórico e prático. Tal premissa corrobora com o que Rodrigues (2015)

ressalta sobre a difusão do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais entre mulheres ribeirinhas.

Por outro lado, todas as jovens verbalizaram que têm interesse em aprender sobre as plantas medicinais. Porém, para adquirir esse conhecimento, segundo seus pontos de vistas, é atribuído primeiramente ao interesse do jovem depois ao interesse da pessoa adulta. Dessa maneira, a percepção das jovens fora trazida a partir do lugar de se mostrarem interessadas, e não necessariamente à percepção dos adultos estarem interessados em ensiná-las, como revelam os trechos:

*muitas vezes a gente que não tem interesse em aprender... eu acho que sim.
(AK)*

*às vezes quando a gente não sabe... ele vai e ensina a pessoa... aí vai da
pessoa se ela quer aprender o remédio que ele ensinou. (ES)*

Segundo Michener, DeLamater e Meyers (2012), os papéis sociais são desempenhados principalmente no âmbito da família, na escola e no âmbito do trabalho, que tornam nossas vidas únicas, pois, dependem do conteúdo, da ordem, do momento e duração das diferentes permanências nesses papéis. Formamos nossa identidade, bem como nossa percepção de autoestima à medida que avaliamos positivamente ou negativamente nosso desempenho em determinado papel. Isso influenciará para possíveis mudanças no papel que desempenhamos e com apoio social, recursos pessoais e competência, é possível lidar de forma satisfatória com determinados acontecimentos ou transições da vida. Para tanto, existem episódios que indicam os pontos de transição em nossa vida e implicam a mudança de papéis, que são os acontecimentos da vida, em que significa ter de se ajustar, ou reajustar. Segundo os referidos autores, há três importantes influências nos acontecimentos da vida: o envelhecimento biológico; a classificação dos papéis sociais por faixa etária; e as tendências e os acontecimentos históricos.

Corroborando com esta teoria, a pessoa que está inserida no contexto amazônico, e se beneficia da medicina tradicional, está em contato desde a mais tenra infância com esse conhecimento tradicional. Logo, considerando as influências do curso de vida, é possível concluir que os referidos episódios influenciam na manutenção desse conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre comunidades tradicionais amazônicas são amplas e ricas. No intuito de contribuir com o estudo desse tema, se propôs apresentar um dos temas que versam sobre a juventude no contexto de comunidades ribeirinhas amazônicas e os conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais. As categorias expostas nos resultados representam os significados atribuídos pelas jovens ao conhecimento tradicional sobre plantas medicinais. De acordo com Castro (2009) e Diniz (2010), a juventude é um período de transição de infância à vida adulta. E nesse período de transição, o sujeito desenvolve mudanças na esfera fisiológica, nos papéis sociais, ideias e atitudes, permeado pelos processos históricos, cultural e social. Considerando o contexto amazônico e a cultura do uso de plantas medicinais no trato com a saúde na vida das jovens, não é diferente.

A juventude é um fenômeno social e psicológico, suas implicações na preservação do conhecimento tradicional de uso de plantas medicinais são marcadas principalmente pela aprendizagem essencial desses recursos, devido às vivências no contexto de uma comunidade ribeirinha. Os significados que as adolescentes da comunidade ribeirinha atribuem ao uso de plantas medicinais estão atrelados à importância destas no seu desenvolvimento pessoal e comunitário, seus motivos do uso ou não, e os seus pontos de vistas. Isso tudo nos permitiu concluir que as jovens possuem uma importante função quanto à manutenção e preservação desse conhecimento.

Consideramos precipitado concluir que os jovens estão esquecendo tais saberes, pois do lugar que elas ocupam, conforme faixa etária, papéis sociais exercícios na família e na comunidade, tal conhecimento tradicional está em processo de aprendizado. Nesse momento da vida, como jovens, é evidenciado duas características bastante presentes nos relatos: o do diagnóstico da doença e a identificação das plantas. Estas jovens vivem a realidade da comunidade ribeirinha amazônica, com escasso acesso a bens e serviços sociais. E no que diz respeito a saúde, usam de forma complementar a medicina oficial e as plantas medicinais.

Não somente usam, como são detentoras desse conhecimento tradicional, porém de uma forma diferenciada de como é compartilhado pelos adultos. Portanto, o papel

desses sujeitos na cultura está no exercício dessas características, no âmbito familiar, principalmente. O que corrobora com Afonso et al. (2015) e Lira e Chaves (2016), em que a cultura de comunidades ribeirinhas se faz presente e influencia os modos e ações das famílias e os modos de vida.

As falas trazidas por essas jovens permitem inferir que as práticas do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais, em sua maioria, são caracterizadas por conteúdos de tratamento à saúde, o fácil acesso ao recurso natural no ambiente e o aprendizado adquirido na convivência entre os atores que detêm esse conhecimento, as quais possuem parentesco. Isso faz com que este conhecimento seja transmitido de geração a geração e possibilite estratégias para pensar e agir em sua própria saúde, e de outros na comunidade.

Em suma, é possível perceber que os motivos pelos quais as jovens recorrem a esse recurso natural são o forte vínculo familiar (mãe principalmente) e processo de adaptação ao contexto ribeirinho, que são característicos do modo de vida de povos tradicionais. É a partir da observação e experimentação desse conhecimento extenso e minucioso do manejo desse recurso natural que se mantém a técnica secular de medicina tradicional, fortemente adaptada às florestas tropicais presente na região amazônica. Herança esta dos povos tradicionais, que como lembra Baptista (2012), o Brasil é um dos maiores na taxa de biodiversidade e diversidade cultural, centenas de sociedades indígenas culturalmente diferenciadas, além de seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, entre muitos outros.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R.; NUNES, N. L. Tecendo a tradição e valorizando o conhecimento tradicional na Amazônia: o caso da “Linha do Tucum”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 38, p. 15-43, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000200002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12/08/17
- ALMEIDA, R. A. de; MALAGRIS, L. E. N. A prática da psicologia da saúde. **Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.183-202, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012. Acesso em: 12/08/17

AFONSO, T. et al. O uso do diário de campo na inserção ecológica em uma família de uma comunidade ribeirinha amazônica. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 27, n. 1, p.131-141, abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000100131. Acesso em: 28/06/2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAPTISTA, E. R. **Conhecimentos e Práticas de Cura em Comunidades Rurais Amazônicas**. Manaus: Edua, 2012.

BRUNING, M. C. R.; MOSEGUI, G. B. G.; VIANNA, Cid Manso de M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu – Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2675-2685, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232012001000017>. Acesso em: 12/03/17.

CALEGARE, M. G. A. Questões à Psicologia Social a partir de experiências em comunidades ribeirinhas amazônicas. In: LIMA, Aluísio. F. (Org.). **Psicologia Social Crítica: paraxos do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 197-218.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. dos S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 115-134, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2014000300008>. Acesso em: 12/03/17.

CASTRO, E. G. de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2009000100008. Acesso em: 13/03/2017.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DINIZ, L. R. **Um espelho para se contemplar: a adolescência em discursos de adolescentes da zona rural**. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2010.

FERRAZ, L. et al. Adolescentes do meio rural: riscos, educação ambiental e autocuidado. **Educação Temática Digital**, v. 16, n. 3, p. 408-425, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1306>. Acesso em: 14/03/17.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Caderno de Saúde Pública,

Rio de Janeiro, vol. 24, n. 1, p. 17-27, 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf. Acesso em: 12/03/17.

KOVALSKI, M. L.; OBARA, A. T. O estudo da etnobotânica das plantas medicinais na escola. **Ciência & Educação**, Bauru: v. 19, n. 4, p. 911-927, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-73132013000400009>. Acesso em: 15/03/2017.

LIRA, T. de M.; CHAVES, M. do P. S. R. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 1, p.66-76, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122016000100066&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17/03/2017.

MENDONÇA, M. S. de. (Org.). **Plantas medicinais usadas por comunidades ribeirinhas do médio Rio Solimões, Amazonas**: identificação, etnofarmacologia e caracterização estrutural. Manaus: Edua, 2014.

MICHENER, H. A.; DELAMATER, J. D.; MEYERS, D. J. **Psicologia Social**. São Paulo: Pioneira, 2005.

RODRIGUES, D. C. B. **Conhecimentos tradicionais e mecanismos de proteção**: estudo de caso nas comunidades de Ebenézer e Mucujá em Maués/AM. Manaus: Edua, 2015.

ROSA, C. da; CÂMARA, S. G.; BÉRIA, J. U. Representações e intenção de uso da fitoterapia na atenção básica à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 311-318, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232011000100033>. Acesso em: 27/11/17.

RUZANY, M. H.; MOURA, E. A. F.; MEIRELLES, Z. V. **Adolescentes e jovens de populações ribeirinhas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Visão Social, 2012.

SACCARO JUNIOR, N. L.. A regulamentação de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios: disputas dentro e fora do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 1, p.229-244, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2011000100013. Acesso em: 28/06/17.

SENNA, S. R. C. M.; DESSEN, M. A. Contribuições das Teorias do Desenvolvimento Humano para a Concepção Contemporânea da Adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 2, p. 101-108, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n1/13.pdf>. Acesso em: 26/11/17.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Nº 31**: Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 154 p. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas_integrativas_complementares_plantas_mediciniais_cab31.pdf. Acesso em: 26/11/17.

SILVA, S. S. da C. et al. Rotinas Familiares de Ribeirinhos Amazônicos: Uma Possibilidade de Investigação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p.341-350, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n2/a16v26n2.pdf>. Acesso em: 28/11/17.

SOUSA, I. M. C. de; TESSER, C. D. Medicina Tradicional e Complementar no Brasil: inserção no Sistema Único de Saúde e integração com a atenção primária. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 33, n. 1, p.1-15, 2017. Disponível em: FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00150215>. Acesso em: 29/11/17.

TEIXEIRA, N. A. **Práticas socioculturais e mecanismos jurídicos de proteção aos conhecimentos tradicionais associados ao uso de plantas medicinais na Amazônia**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2017.

TREVIZAN, S. P.; LEÃO, B. M. Pluralidade jurídica: sua importância para a sustentabilidade ambiental em comunidades tradicionais. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 539-560, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922014000200011>. Acesso em: 24/06/17.

VÁSQUEZ, S. P. F.; MENDONÇA, M. S. de; NODA, S. do N. Etnobotânica de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas do Município de Manacapuru, Amazonas, Brasil. **Acta Amazonica**, v. 44, n. 4, p.457-472, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4392201400423>. Acesso em: 28/06/17.

VINHOLI Jr., A. J.; VARGA, I. A. de. Aproximações etnobiológicas no conhecimento sobre plantas medicinais: possibilidades para promoção do ensino em saúde. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 6, n. 17, p.162-187, jan. 2015. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/751>>. Acesso em: 22/06/2017.

ZANELLA, A. V. et al. Doce, pirâmide ou flor?: O processo de produção de sentidos em um contexto de ensinar e aprender. **Revista Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 9, n. 17, p. 91-112, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072004000100006. Acesso em: 23/06/17.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Traditional Medicine Strategy 2014 – 2023**. Geneva, 2013. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/92455/9789241506090_eng.pdf;jsessionid=C897F21740D0BD25D090934F07131484?sequence=1. Acesso em: 15/06/18.

XIMENES, V. M.; BARROS, J. P. P. Perspectiva histórico-cultural: que contribuições teórico-metodológicas podem dar à práxis do psicólogo comunitário. **Psicologia Argumento**, v. 27, n. 56, p. 65-76, 2009. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/bvsvs/resource/pt/psi-44336>. Acesso em: 24/06/17.

Recebido: 20/7/2019. Aceito: 15/11/2019.

Sobre autores e contatos:

Thaline Castro de Lima - Graduanda do 12º período de psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisadora do Laboratório de Psicologia Experimental e Neurociências do Comportamento (LAPENEC/UFAM). Desenvolveu projeto de Iniciação Científica (Pibic 2017-2018) com o tema "Os significados atribuídos pelos adolescentes de comunidade ribeirinha ao uso de plantas medicinais" sob orientação do Profº Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare. Atualmente estagia em Psicologia no Centro Integrado de Atenção e Defesa à Pessoa Idosa (CIPDI/SEJUSC).(UFAM, Av. General Rodrigo Octávio, n 6200, Bloco X, Setor Sul, CEP 69080-900, Coroado I, Manaus-AM; Contato (92) 33051181, ramal 2583.

E-mail: cithaline@live.com

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare - UFAM - Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM. Possui graduação em Psicologia (IP-USP/2002), mestrado (IP-USP/2005) e doutorado em Psicologia Social (IP-USP, 2010). Bolsista DCR FAPEAM/CNPq, no Lapsea/INPA (2011-2014). Professor Visitante do PPGPSI/UFAM (fev/2014-fev/2016). Professor Adjunto, do departamento de Psicologia da FE/UFG (jun-out/2016). Atualmente Professor Adjunto A-II da FAPSI/UFAM (out/2016-atual). Coordenador PPGPSI-UFAM (jun/2017-atual). Membro dos grupos de pesquisa CNPq: 1) Educação Ambiental com Comunidades Urbanas na Amazônia (Lapsea/Inpa); 2) Psicologia e práticas sócio-culturais (Ufam); 3) Multilinguismo e Interculturalidade no Mundo Digital (Unicamp). ¹ (Av. General Rodrigo Octávio, n 6200, Bloco X, Setor Sul, CEP 69080-900, Coroado I, Manaus-AM; Contato (92) 33051181, ramal 2583.

E-mail: mgacalegare@ufam.edu.br